



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

Comissão de Educação e Cultura

Resumo da 67ª Reunião de 26 de setembro de 2023

I – IDENTIFICAÇÃO

CE→ 26/09/2023 às 14: 30

Finalidade: Debater e analisar a Reforma Tributária que atualmente tramita no Senado Federal à luz dos seus impactos para o setor da Educação Particular.

II – RELATO DA REUNIÃO

A reunião teve início com a presidente da comissão convocando diversos representantes do setor educacional, incluindo a senhora Elizabeth Guedes, presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares; o senhor Murillo Allevato, consultor jurídico da Associação Brasileira de Educação Básica da Livre Iniciativa (Abraduck); a senhora Amábile Aparecida Pacios, vice-presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares; o senhor Emerson Casali, representante do Fórum de Entidades Representativas do Ensino Superior. Além disso, o senhor Ricardo Furtado, conselheiro fiscal da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, participou remotamente. Infelizmente, a senhora Cleonice Matos, diretora executiva da Associação Fórum Nacional das Mantenedoras e Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (BRASILTEC), não pôde comparecer à audiência.

O convidado Emerson Casali iniciou a sua exposição informando que fala pelo Fórum composto por 14 entidades que representam uma parcela significativa das matrículas no ensino básico e superior do Brasil. Destacou que a que a sua fala traz anos de discussão e de debates sobre a educação e a necessidade de uma reforma tributária que garanta que a educação não sofra um aumento de carga tributária. Em sua apresentação, abordou a estrutura do sistema educacional brasileiro e ressaltou que as instituições particulares desoneram o Estado Brasileiro em 280 bilhões de reais por ano devido ao investimento de 16



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

milhões de famílias na educação particular. Enfatizou a geração de empregos do setor sendo uma parte significativa dos profissionais que atuam na educação composta por mulheres.

Foi mencionada a dimensão estratégica da educação particular, destacando que, de acordo com ele, há uma discussão antiga de que a educação básica particular é acessível apenas para a elite rica. No entanto, enfatizou que isso não condiz com a realidade, uma vez que os números demonstram que 80% das matrículas no Brasil, em todos os níveis de ensino, estão nas classes C, D e E. Argumentou que qualquer aumento na carga tributária da educação tem um impacto direto nas mensalidades e no acesso a essas instituições, uma vez que isso resulta em aumentos de preço, e alegou que não há alternativa a isso.

Continuando seu discurso, o convidado ressaltou que o Brasil se encontra entre os países com uma taxa de isenção de impostos muito baixa, variando de 0% a 10%. Ele argumentou que isso é um ponto relevante, pois, mesmo que a isenção de impostos seja uma discussão válida, existe um desequilíbrio fiscal significativo no país. Além disso, destacou que o custo fiscal de um aluno universitário do ProUni é 16% menor do que o custo de um aluno em uma universidade pública, com o mesmo desempenho no Enade, o que ilustra a importância dessa política pública.

Foi enfatizado que na CCJ no momento da PEC 110, no qual ele enfatizou que eles iriam ser favorecidos e garantiu que a emenda ia garantir uma manutenção no Prouni e a reforma trouxe uma clareza no limite que antes não tinha que ficar entre 10 e 11 %. Ressaltou que o Prouni é uma política pública que faz sentido ao país e será preservado na reforma. Finalizando a sua apresentação, o convidado mencionou a importância da aprovação do PROBÁSICO como sendo uma excelente oportunidade para crianças de baixa renda terem acesso às melhores escolas do país.

Após o discurso do convidado, a presidente da reunião fez referência a duas opiniões distintas entre os presentes. Uma delas destacou que, enquanto a discussão se concentra nos tributos, a qualidade da educação continua sofrendo prejuízos. A outra observação ressaltou que a educação particular parece priorizar mais o lucro do que o ensino de qualidade.

A convidada Amábile Pacios, em seu discurso subsequente, enfatizou que não considera adequado aumentar os impostos, uma vez que isso levaria a um aumento nas mensalidades. Defendeu a neutralidade nas alíquotas



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

no momento em que tanto a PEC 45 quanto a PEC 110 ganham força, uma vez que o setor de ensino particular já demonstrou a sua importância para as famílias e para o Estado.

Analisando as PECs, a convidada e outros parceiros chegaram à conclusão de que as escolas particulares não estão restritas apenas a pessoas ricas e que o aumento das mensalidades, decorrentes dos tributos, impactariam o acesso das famílias de menor poder aquisitivo ao ensino particular de qualidade. Defendeu a manutenção do PROUNI, sendo inclusive inserido na Constituição Federal, e a criação do PROBÁSICO. Ela finalizou sua fala afirmando que a educação não deveria ser impactada pela tributação, a fim de evitar aumentos no valor das mensalidades.

Durante a reunião, houve uma ênfase na compreensão da importância do desenvolvimento econômico através da educação. Em resposta a uma pergunta de um dos participantes, enfatizou-se que a educação particular oferece, sim, ensino de qualidade.

Em seguida, o convidado Murillo Allevato fez sua exposição, enfatizando que a educação não deve ser vista como um mero consumo, mas sim como um investimento. Para ele, é o investimento mais importante que um país pode realizar, pois uma população educada e produtiva impulsiona o crescimento econômico e promove uma sociedade mais civilizada.

Afirmou que a educação é um investimento de longo prazo, cujo resultado é uma sociedade mais democrática. Ele ressaltou a importância de não tributar o investimento em educação, mas sim o consumo e, argumentou que a educação deveria ser tratada de forma especial dentro da reforma tributária, reconhecendo seu papel fundamental no desenvolvimento do país e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária

No discurso proferido do convidado, mencionou que os países que fazem o PISA que é uma prova para medir o desempenho do ensino dos países que estão entre os 10 tributam de 4 a 6 % e na PEC 45 o Brasil irá tributar 11%, praticamente mais que o dobro. Ressaltou que há um déficit de 2 milhões de adolescentes que não estão nas escolas, ou seja, cada vez que aumenta a alíquota do IBS gera uma defasagem do ensino particular, além de uma queda na empregabilidade. Respondendo uma das perguntas dos participantes, explicou que, o que se arrecada com ensino particular de imposto é muito inferior com o que se gasta com o ensino público.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

O convidado afirmou que quanto mais houver migração para o ensino público maior será o gasto da União com a educação. Com base em análise dos dados, a economia gerada com a migração dos alunos para o ensino particular, seria possível de acordo com ele, financiar o programa escola tempo integral, financiar o pacto nacional pela retomada das obras de educação, criar vagas para receber crianças e destinar dinheiro para compromisso nacional da criança alfabetizada.

Para responder à pergunta de uma participante sobre a visão que a escola particular visa somente o lucro, o convidado afirmou que a isenção do imposto seria condicionada a oferta de bolsas de estudos, o dinheiro que seria usado para o pagamento dos impostos passaria a ser usado para oferecer educação para um aluno bolsista. Ele trouxe um dado já comprovado de que o custo de um aluno na rede particular é bem menor que o custo de um aluno na rede pública. Para concluir, disse que o que se pleiteia em benefício da educação nacional é que não se tribute investimento, ou seja, não se tribute a educação.

Após o discurso de Murilo Alevato, a presidente da audiência passou a palavra para o outro convidado, Ricardo Furtado, que estava participando de forma remota. Ricardo esclareceu que a CONFENEN representa escolas privadas, abrangendo desde a educação infantil até cursos de pós-graduação. Ele mencionou que a proposta da reforma tributária envolve a união de cinco tributos e a criação de um imposto seletivo.

O convidado Ricardo explicou que a reforma não visa desonerar o consumo, o que poderia trazer danos irreparáveis à educação pública. Ele alertou que um aumento significativo na carga tributária para a iniciativa privada poderia levar a uma migração de alunos das escolas particulares para as escolas públicas. Afirmou ainda não existir clareza em relação ao percentual de tributação do IVA para o setor de educação com a PEC 45, o que gera temor por parte do setor que presta um fundamental serviço para a sociedade e também auxilia o Estado Brasileiro, e questionou por que o Brasil não poderia seguir o exemplo de países europeus, que oferecem isenções fiscais ou financiamento e subsídios, como faz o PROUNI, para manter o equilíbrio no sistema educacional. Alertou que o aumento da carga tributária pode causar o fechamento de escolas e a extinção de postos de trabalho.

No final de seu discurso, o convidado Ricardo Furtado mencionou problemas pouco mencionados nas discussões que participou sobre o tema, a implementação da educação integral no Brasil e os problemas relacionados à



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

merenda escolar. E, assim como o convidado anterior, solicitou que seja reconhecida a importância da educação particular no auxílio ao Estado Brasileiro e a isenção da tributação, ou pelo menos a fixação de uma alíquota semelhante as aplicadas em países europeus.

A presidente da audiência, em suas considerações finais, ressaltou que a reforma tributária ainda está em debate nas audiências públicas realizadas nas diferentes comissões. Ela destacou que o Brasil já possui um número significativo de isenções e desonerações fiscais, mas salientou que não se trata apenas da rede privada de educação, e sim de várias ações cuja efetividade é questionável. Ela afirmou que, no caso da educação, há dados e números que comprovam a importância do caráter de investimento no setor. Mencionou sobre o custo mais alto do ensino público

Ao final da audiência pública, um dos convidados explicou que na Constituição não há a garantia do não aumento de carga tributária para a educação, mas sim uma média, e que não seria razoável considerar um aumento de 10% a 15%, como estava sendo discutido. Outra convidada sugeriu que é importante fortalecer parcerias, mencionando que já existe um arranjo que foi elaborado com base nas deliberações do Conselho Nacional de Educação. Aproveitou para explicar que o estudo que afirma que o custo da educação pública é mais alto que o custo da educação particular foi um estudo realizado no Distrito Federal, mas que já está defasado, e se prontificou para atualizar esses dados.

O convidado seguinte trouxe como considerações finais as desigualdades presentes no sistema educacional e defendeu o regime tributário especial para a educação. O último convidado defendeu que a educação precisa ser tratada de forma especial por não ser consumo, a educação é um investimento, e ressaltou que aqueles que se esforçam podem alcançar os objetivos que almejam em seus planos educacionais.

Após a conclusão da reunião ordinária, a presidente agradeceu a todos os participantes da audiência pública pelo seu envolvimento e contribuição para a discussão.